

Workshop MME "Gás Para Empregar e Harmonização Regulatória"

Mesa 3

Transporte Dutoviário: Desafios e oportunidades para aprovação de novos investimentos e a modicidade tarifária

Sylvie D'Apote

Diretora Executiva de Gás Natural - IBP

Brasília, 19 de novembro de 2024



#IssoGeraEnergia



AGENDA

- 1. Cumprimento da Agenda Regulatória da ANP
- 2. Transparência de informações
- 3. Investimentos das Transportadoras e Papel do Conselho de Usuários
- 4. Plano Coordenado de Transporte vs. PNIGB
- 5. Aspectos tributários



Cumprimento da Agenda Regulatória da ANP

Diversos temas importantes estão previstos na agenda regulatória da ANP que trarão mais dinamismo no setor e precisamos ter sua definição e dar mais segurança para que o mercado possa apoiar os investimentos necessários no elo de transporte.

- » Tarifas de Transporte de Gás Natural → Revisão de critérios para cálculo das tarifas e receitas de transporte; estabelecimento de procedimento para a aprovação das propostas de tarifa de transporte de gás natural; e estabelecer diretrizes para os mecanismos de repasse de receita entre os transportadores de gás natural interconectados
- » Interconexão e interoperabilidade → Regulamentar a interconexão e interoperabilidade de gasodutos de transporte com a harmonização da operação entre transportadores (código de redes)
- » Ampliação da Capacidade de Gasodutos de Transporte → Estabelecer os critérios para a caracterização da ampliação da capacidade de transporte de gasodutos de transporte
- » Serviço de Transporte de Gás → Regulamentar a oferta de serviços de transporte pelos transportadores; a cessão de capacidade contratada sob a modalidade firme; a troca operacional de gás natural



Transparência de informações

- » Disponibilização de informações essenciais para a projeção de tarifas de longo prazo, tendo em vista o fim dos contratos legados já em 2025 - cronograma de revisão tarifária e disponibilização da BRA
 - Processo complexo e que requer tempo para os carregadores fazerem suas analises queremos evitar o que aconteceu no processo da TBG;
- » Divulgação e atualização padronizadas em base mensal do **saldo da conta regulatória** para que os carregadores possam saber o impacto desses valores nas tarifas futuras como:
 - (i) rescisões contratuais, (ii) cobrança de penalidades e (iii) contratação de produtos de curto prazo.
- » Possível impacto pelo Decreto n° 12.153/24 no qual o art. 26 §5 determina que a ANP poderá adotar para o período de transição tarifas postais com objetivo de evitar discrepâncias acentuadas de preços entre as regiões do País.

Planos de investimentos das Transportadoras e Papel do Conselho de Usuários



- » Cenários detalhados de oferta & demanda são premissas indispensáveis para investimentos em nova capacidade de transporte. Algumas incertezas incluem:
 - Queda dos volumes importados da Bolívia e aumento de produção de gás na costa brasileira traz mudanças de fluxos e gera necessidade de adaptação do sistema de transporte;
 - Indefinição de qual será o papel das usinas termoelétricas para o setor elétrico e para o setor de gás natural.
- » Papel fundamental do **Conselho de Usuários** para apoiar a revisão destes cenários e garantir investimentos adequados, tempestivos, e eficientes, garantindo a modicidade tarifaria do transporte.
- » Atualmente o que observamos é que cada transportadora faz seus planos de forma individualizada, por área de mercado, sem considerar o sistema integrado → Necessário demonstrar que o investimento em uma determinada transportadora/zona de mercado traz para o sistema como um todo. Isso possibilitará fazer o melhor investimento para o sistema e evitar possíveis duplicações sistêmicas sem necessidade.
 - Aguardamos a publicação do Plano Coordenado do Sistema de Transporte.
- » Para que os investimentos certos aconteçam no tempo certo, atuação da ANP precisa ser ágil e garantir que o investidor conheça a forma de remuneração e os carregadores conheçam as tarifas.



Plano Coordenado de Transporte vs. PNIGB

- » Possível impacto pelo Decreto 12.153/24 com a criação do Plano Nacional Integrado das Infraestruturas de Gás Natural e Biometano:
 - Temos preocupação frente a projetos que venham a aparecer no PNIGB e que poderão ser implementados com alto impacto nas tarifas de transporte;
 - O Decreto não mencionou a inclusão do Conselho de Usuários neste processo de aprovação.



Ajustes tributários são indispensáveis

- » Como será feito o repasse entre as transportadoras sem o aumento de custos bitributação
- » Redução de complexidade no cumprimento das obrigações assessórias, com a simplificação e racionalização dos documentos fiscais (sem impactar controle e fiscalização)
- » Desvinculação dos CTes de Entrada e Saída para a quantidade medida de gás natural
- » Monofasia?



Diretoria Executiva de Gás Natural

diretoriaexecutivagn@ibp.org.br



ibp.org.br | #IssoGeraEnergia